



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO ONLINE DE ESTAGIÁRIOS DE 2021

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, com base no Regulamento do Programa de Estágio aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378/2010, resolve:

Tornar público o gabarito definitivo da prova objetiva da **área de Direito**, conforme prova modelo.

Claudio Drewes José de Siqueira
Procurador-Chefe



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

PROVA MODELO – DIREITO

Língua Portuguesa

Os trechos abaixo foram transcritos do acórdão do Habeas Corpus 1974, impetrado em favor de Gastão de Orleans, Conde d'Eu, Izabel de Orleans e demais membros da Dinastia de Bragança para cessar o constrangimento ilegal provocado pelo decreto presidencial que determinou o banimento da família imperial do território brasileiro, e no qual os pacientes alegam que a Constituição Federal teria revogado o referido decreto (STF, Rel. Min. Alberto Torres, j. 14/01/1903. Fonte: stf.jus.br):

I - Pedem os impetrantes que o Tribunal conceda em favor dos pacientes, que se acham na Europa, uma ordem de habeas corpus para que cesse o constrangimento ilegal que sofrem em suas liberdades. E justificam, em síntese, o pedido alegando que, banidos do território nacional os pacientes pelo Dec. 78-A, de 21 de dezembro de 1889, foi este decreto revogado pela Constituição Federal, que não só deixou de aprovar expressamente, para que pudesse produzir efeitos no regime constitucional a cujos princípios é fundamentalmente oposto, como também explicitamente o revogou, quando aboliu a pena de banimento judicial.

II - O habeas corpus é o meio legal próprio para vindicar o direito que se diz violado. Esse direito é, em suma, o de livre locomoção, garantido expressamente, na parte que se refere à comunicação com o estrangeiro, no art. 72, § 10, da Constituição e implicitamente, no que diz respeito à permanência e deslocação dentro do território, no § 1º do mesmo artigo. Dos amplos termos do art. 82, § 22, da Constituição Federal, que manda dar o habeas corpus sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação, por ilegalidade ou abuso de poder, se depreende que este remédio jurídico pode ser aplicado à proteção da liberdade individual tomada em uma acepção mais lata do que o simples direito de não ser preso e conservado em prisão.

III - Dizem que a Constituição revogou o banimento, não precisam um ato de que se depreenda a disposição do Governo de o manter, apesar disso; concluir este propósito da simples permanência dos pacientes na Europa, sem que, ao menos, tenham, por uma representação ou um requerimento, provocado a manifestação do Governo a respeito, é concluir demais. A petição ou contém, como aliás o confessam os impetrantes, um pedido de revogação do banimento, ato para o qual não tem competência o Tribunal, ou se resolve numa consulta jurídica, com que pretendem seja por este declarado, em tese, que a Constituição revogou o Decreto de 1890, o que também não é mister nosso. Assim, os impetrantes não alegam nenhum constrangimento que ao Tribunal cumpra verificar se é ou não legal.

IV - Desta observação elementar resulta que é condição indispensável do exercício de tal iniciativa a certeza do constrangimento, nos seus elementos componentes: ato de coação, por parte do constrangedor; e sentimento passivo da coação, por parte do constrangido, que se presume nos casos de prisão, mas pode não existir em outros. O requerente oficioso precisa, para pretender o amparo da autoridade judiciária, demonstrar firmemente esse estado de fato.

V - Aliás, a liberdade se converteria em licença de provocações ociosas à justiça, quiçá de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

impertinentes intrusões sobre direitos e interesses alheios... invitus agere nemo potest. A segurança, no estatuir estas condições, é o que constitui a idoneidade jurídica do terceiro requerente, a aptidão da sua espontânea iniciativa; e o juiz, a quem cumpre zelar pela circunspeção do poder que representa, e atingir, através das fórmulas, o fenômeno jurídico em sua finalidade objetiva, deve aplicar todas as faculdades de exame para inquirir se o instrumento com que se apela para a sua autoridade jurisdicional, exprime um real interesse jurídico, contestado e por isso sujeito ao seu critério, mas veraz no fato e legítimo em Direito.

VI - O que nessa petição é requerido envolve a revogação do Decreto 78-A, de 20 novembro de 1890, que baniu do território [do] Brasil [o] Sr. D. Pedro II e mais membros da dinastia que até 15 de novembro daquele ano reinara em virtude do art. 4º da Constituição Imperial. Tal decreto foi ato do Governo Provisório, que, surgindo da revolução triunfante, enfeixava em suas mãos todos os poderes majestáticos; era uma consequência necessária e fatal da abolição do Império, medida complementar da proclamação da República e integrante das que então se tomaram a bem da nova ordem política; ato, assim, de caráter constitucional, por entender com a vida constitucional da Nação, como outros praticados pelo referido Governo, na fase inicial do regime que a revolução estabeleceu.

VII - Nas medidas de Governo, de administração, de polícia, entre as quais se incluem as que entendem com a segurança da ordem política e paz interna, como a de que se trata, ao Poder Executivo, para desempenho de sua função e pela responsabilidade que lhe cabe, sempre foi reconhecida uma esfera de ação sua própria, exclusiva e, em certo sentido, discricionária (salvo limite legal). E se delas conhecer fosse lícito ao Poder Judiciário para revogá-las (que em última análise é o que se pretende no caso vertente), essa immixtio na esfera executiva seria a negação dos princípios da divisão dos poderes e da responsabilidade do Governo. Tendo como referência os trechos transcritos acima, responda às seguintes questões:

1. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em “não precisam um ato de que se depreenda” (trecho III), o verbo “precisar” é sinônimo de “necessitar”.
- b) No trecho I, a palavra “síntese” tem o mesmo sentido que a palavra “anexo”.
- c) Em “é condição indispensável do exercício de tal iniciativa a certeza do constrangimento” (trecho IV), o sujeito é “a certeza do constrangimento”.
- d) No trecho II, em “o direito que se diz violado”, o verbo “dizer” está na voz reflexiva.
- e) No trecho V, “licença de provocações ociosas à justiça” tem o mesmo sentido que “autorização de petições judiciais que ofendam o decoro”.

2. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em “entre as quais se incluem as que entendem com a segurança da ordem política e paz interna” (trecho VII), “entendem” tem o sentido de “captar o significado”.
- b) Em “O que nessa petição é requerido envolve a revogação do Decreto” (trecho VI), o sujeito de “é requerido” é “o que”.
- c) Em “sua autoridade jurisdicional” (trecho V), “sua” refere-se à autoridade do “terceiro requerente”.
- d) A oração “que se presume nos casos de prisão” (trecho IV) é oração subordinada adjetiva cujo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

termo principal é “certeza”.

- e) O sujeito de “tenham” em “sem que, ao menos, tenham, por uma representação ou um requerimento, provocado” (trecho III) é “pacientes”.

3. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) “Lata”, em “em uma acepção mais lata” (trecho II), é sinônimo de “informal”.
- b) Em “que ao Tribunal cumpra verificar se é ou não legal” (trecho III), “Tribunal” é sujeito de “verificar”.
- c) Em “e o juiz, a quem cumpre zelar pela circunspeção do poder que representa” (trecho V), “circunspeção” tem o significado de “separação dos demais Poderes”.
- d) O sujeito de “tomaram”, em “e integrante das que então se tomaram a bem da nova ordem política” (trecho VI), é “mãos [que enfeixaram] todos os poderes majestáticos”.
- e) Em “a cujos princípios é fundamentalmente oposto, como também explicitamente o revogou” (trecho I) há duas orações: o sujeito da primeira oração é “Decreto”, e o sujeito da segunda oração é “Constituição Federal”.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) “Entendem”, na oração “as que entendem com a segurança da ordem política e paz interna” (trecho VII), tem o mesmo sentido que sua forma substantivada em “para bom entendedor, uma palavra basta”.
- b) “Vindicar”, em “é o meio legal próprio para vindicar o direito” (trecho II), é sinônimo de “impedir”.
- c) “Constrangimento”, em “não alegam nenhum constrangimento que ao Tribunal” (trecho III), é sinônimo de “falta de decoro”.
- d) O verbo “conhecer”, na oração “E se delas conhecer fosse lícito ao Poder Judiciário para revogá-las” (trecho VII), tem o mesmo sentido de admitir que o pleito preenche adequadamente as exigências relativas ao juízo de admissibilidade.
- e) O verbo “resolver”, na oração “ou se resolve numa consulta jurídica” (trecho III), tem o mesmo sentido que “resolver” em “resolver uma conjectura cuja solução se desconhece”.

5. Assinale a alternativa em que há ERRO quanto ao gênero do substantivo:

- a) o alvará, o edema, o aneurisma, a epígrafe
- b) o guaraná, o apêndice, o clã, a síndrome, a agravante
- c) o freezer, o gengibre, o eclipse, a variante
- d) o formicida, o grama, a coma, o saca-rolhas
- e) o emblema, o hematoma, a ênfase, a usucapião

6. As palavras apresentadas nas alternativas abaixo estão numeradas de 1 a 4. Assinale a alternativa em que há ERRO quanto à acentuação gráfica:

- a) 1-alguém 2-constroem 3-quórum 4-averigue
- b) 1-folhetim 2-ideia 3-júri 4-arguição
- c) 1-bacharéis 2-heroico 3-ruína 4-pôde
- d) 1-recôndito 2-hífen 3-juiz 4-xiita
- e) 1-ubíquo 2-acórdão 3-maoista 4-nausea



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

7. Assinale a alternativa em que uma das palavras NÃO está em relação de analogia com as demais:

- a) formar conceito, fazer ideia de, julgar, sentenciar, decidir, assentar, tirar conclusão.
- b) admirar, respeitar, estimar, incensar, exaltar, encomiar, louvar.
- c) permissão, mercê, dispensa, concessão, anuência, licença, patente.
- d) refutar, redarguir, retrucar, retorquir, impugnar, combater, contrarrazoar.
- e) liminar, exordial, inicial, subreptício, primordial, entabulatório, prefacial.

8. Leia o trecho abaixo do ensaio “Dois de Julho”, de Rui Barbosa, publicado no Diário da Bahia, em 2 de julho de 1877, e assinale a alternativa INCORRETA quanto à função sintática das palavras e expressões indicadas:

“Quando esta cidade, amanhã, tomar, em saudação reconhecida à gloriosa memória de nossos maiores, as últimas pobres roupas de festa que a sua decadência lhe permite, e de cada uma das almas que abriram os olhos à luz da vida no berço desta risonha natureza o prestígio das tradições populares esprema ainda a amortecida e extrema seiva do antigo fervor, que as provações da atualidade não tenham de todo extinguido na expansiva e generosa compleição deste povo, a imprensa liberal não deixará de associar-se, fraternalmente, à pureza e à elevação deste sentimento, cuja flama benfazeja teve energia bastante para atravessar tantas amarguras públicas sem apagar-se.”

- a) O pronome “lhe”, em “que a sua decadência lhe permite”, é objeto indireto do verbo “permitir” e substitui “à gloriosa memória de nossos maiores”.
- b) A expressão “de cada uma das almas” é objeto indireto do verbo espremer.
- c) Em “que as provações da atualidade”, a conjunção “que” substitui “a amortecida e extrema seiva do antigo fervor” e tem a função sintática de objeto direto do verbo ter em “não tenham de todo extinguido”.
- d) Em “roupas de festa que a sua decadência”, o termo “sua” é adjunto adnominal que denota como possuidor “esta cidade”.
- e) Em “cuja flama benfazeja teve energia bastante”, tem a função sintática de adjunto adnominal de “flama” e consiste em conjunção que se refere ao termo “sentimento”.

9. As frases a seguir foram transcritas da obra Água Viva, de Clarice Lispector. Uma delas, entretanto, foi transcrita incorretamente no que diz respeito ao acento crase. Assinale a alternativa em que o uso da crase está INCORRETO:

- a) E andar na escuridão completa à procura de nós mesmos é o que fazemos.
- b) A espreita do tempo que me pára.
- c) Quanto à música, depois de tocada para onde ela vai?
- d) E eis que elas vagarosamente vão se abrindo e entregando-se à nova estação sob nosso olhar espantado: é a primavera que então se instala.
- e) Quanto à suculenta flor de cactus, é grande e cheirosa e de cor brilhante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

10. Assinale a alternativa em que há ERRO gramatical:

- a) Nos termos da Resolução nº 174/2017, artigo 3º, parágrafo único, do Conselho Nacional do Ministério P\xfablico, antes da instauração de procedimento próprio é possível se colherem informações preliminares imprescindíveis para deliberar sobre a necessidade de aprofundamento da apuração.
- b) Neste caso específico, considerando o incipiente estágio dos autos, em comunhão com o caráter precário da prova produzida, necessário se faz colher informações complementares diretamente do órgão envolvido na contenda.
- c) Para subsidiar os fatos alegados, foi anexado à representação cópia de reportagem do jornal, sendo que de sua leitura se extrai que o referido acordo ainda pendia de formalização, estando sob a análise da autarquia.
- d) Minute-se ofício ao presidente da autarquia, solicitando que preste esclarecimentos acerca da representação inicial, assim como que forneça cópia do eventual acordo firmado, devendo remeter cópia do processo administrativo pertinente.
- e) Trata-se de notícias de fato autuadas em conjunto e nas quais se solicitam providências em relação à suposta formalização de acordo pelo Governo Federal.

Direito Constitucional

11. Os direitos fundamentais podem ser conceituados como posições jurídicas que garantem uma existência digna, livre, igual e fraterna a todos, sem qualquer distinção. Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais, marque a alternativa incorreta:

- a) A primeira dimensão dos direitos fundamentais compreende os primeiros direitos solenemente reconhecidos, que demarcaram uma esfera de autonomia individual impermeável diante do poder do Estado. Assim, são considerados direitos fundamentais de primeira geração os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, bem como os direitos políticos e os direitos de expressão coletiva, reconhecidos posteriormente.
- b) Os direitos fundamentais são marcados pela historicidade, de modo que emergem progressivamente durante a história do homem, sofrendo transformações e ampliações, e pela irrenunciabilidade, uma vez que seus titulares não podem dispor deles, embora possam deixar de exercê-los.
- c) Segundo a Constituição Federal, as normas que definem os direitos e garantias fundamentais tem aplicação imediata, isto é, possuem eficácia plena, não dependendo de qualquer interposição do legislador para produzirem efeitos.
- d) Podem ser considerados brasileiros natos os indivíduos que, mesmo nascendo no estrangeiro, possuem pai brasileiro e ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- e) A liberdade de informação compreende o direito informar, estando consagrada no artigo 220 da Constituição, o qual estabelece que a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerá qualquer restrição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

12. A Constituição consiste em um conjunto de normas jurídicas supremas que estabelecem os fundamentos de organização do Estado e da Sociedade. Desse modo, analise as seguintes proposições, acerca da Constituição de 1988, e assinale a alternativa correta:

I) Os dispositivos constitucionais são dotados de supremacia jurídica, ostentando posição de superioridade hierárquica em relação às demais normas jurídicas, podendo ser sofrer emendas constitucionais, que gozam de supremacia, uma vez que veiculam normas constitucionais.

II) Os princípios de interpretação constitucional exercem um papel de orientar a tarefa do intérprete, sendo pressupostos lógicos, metodológicos ou finalísticos da aplicação das normas constitucionais. São exemplos o princípio da unidade da Constituição, conferindo um sistema unitário de normas, e o princípio da proporcionalidade, que limita a atuação e discricionariedade dos órgãos públicos.

III) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 surge em face da necessidade de afirmar o sistema democrático de direito vigente, sendo a primeira Constituição do Brasil construída sobre os pilares dos princípios fundamentais, tratados no final de seu texto.

IV) O poder originário decorrente é aquele que consiste na possibilidade dos Estados-membros se auto-organizarem através de suas respectivas constituições estaduais.

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II, III e IV
- d) IV e III
- e) I, II e IV

13. A separação dos poderes se assenta na independência e na harmonia entre os órgãos do Poder Político, visando, a partir de uma divisão de funções, a promoção de um controle mútuo e, ao mesmo tempo, a cooperação entre os poderes. A partir dessa perspectiva assinale a alternativa correta acerca da organização dos poderes, exercício das suas funções e competências:

a) As Comissões Parlamentares de Inquérito, que se inserem no contexto amplo da atividade de fiscalizar do Poder Legislativo, são órgãos que instauram um procedimento administrativo de feição política, de caráter investigatório, semelhante ao inquérito policial e ao inquérito civil público, podendo determinar buscas e apreensões e interceptações de comunicações telefônicas.

b) O Presidente da República goza de importantes prerrogativas funcionais, que podem ser estendidas aos Governadores, em face do princípio da simetria dos poderes, a exemplo da prerrogativa de imunidade à prisão cautelar e da prerrogativa de imunidade temporária à persecução penal, nos termos do art. 86, §§ 3º e 4º, da Constituição.

c) A Constituição, em seu artigo 54, elenca um rol de impedimentos ou incompatibilidades dos deputados e senadores, aplicáveis também aos deputados estaduais e distritais e aos vereadores, a exemplo de aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado e ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

d) Cabe privativamente ao Presidente da República a iniciativa de projetos de Lei que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e sobre os servidores públicos da União e Territórios, bem como a iniciativa de propor a Lei Orgânica do Ministério Público.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

e) As medidas provisórias possuem ultratividade jurídica, na medida em que, quando não editado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, até quarenta e cinco dias após sua rejeição ou perda da sua eficácia, as relações jurídicas que foram constituídas a partir dos atos praticados durante sua vigência permanecerão sendo reguladas por elas.

14. A Justiça Federal é um mecanismo de controle da aplicação da lei, que visa a resolução de conflitos entre as partes, prezando pela imparcialidade. Posto isso, analisando as competências da Justiça Federal, cabe aos juízes federais julgar e processar, exceto:

- a) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- b) Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, a exemplo do crime de tráfico internacional de entorpecentes.
- c) Os habeas corpus quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam sujeitos a outra jurisdição.
- d) Os crimes praticados contra empresa pública, a exemplo de crimes contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo e contra o Banco do Brasil.
- e) As causas fundadas em contrato ou tratado da União com Estado Estrangeiro ou organismo internacional.

15. O Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição, configura-se como órgão independente e autônomo, considerado instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis. Acerca do Ministério Público, considerando sua organização, funções e competências, marque a alternativa incorreta:

- a) É um órgão que goza de ampla autonomia funcional e administrativa, de modo que cabe ao Ministério Público a elaboração de sua proposta orçamentária, observando os limites estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente, após sua aprovação por maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
- c) Em matéria criminal o Ministério público dispõe de um conjunto de atribuições, que compreendem a titularidade para a propositura de ação penal pública, o controle externo da atividade policial e o poder de requisitar diligências e a instauração do inquérito policial.
- d) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
- e) O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas possui autonomia administrativa e funcional, de modo que foi constitucionalmente reservado aos membros do Ministério Público especial atuar perante os Tribunais de Contas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Direito Administrativo

16. Em relação ao regime jurídico-administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio constitucional da supremacia do interesse público é um dos princípios gerais da Administração Pública expressos no caput do art. 37 da Constituição Federal.
- b) Os atos administrativos são públicos e acessíveis ao cidadão, não sendo possível que atos, documentos ou informações possam ser classificados como sigilosos.
- c) A violação aos princípios constitucionais é prevista em lei como ato de improbidade administrativa.
- d) O princípio da supremacia do interesse público é absoluto e não admite ponderação com outros princípios constitucionais.
- e) O princípio da moralidade administrativa condiciona a legitimidade e a validade dos atos estatais, contudo, não é possível o controle dos atos administrativos com fundamento na violação a esse princípio.

17. Sobre o regime jurídico dos servidores públicos é correto afirmar:

- a) Todo servidor público possui total liberdade de atuação, não se submetendo a comandos superiores, em decorrência do princípio da eficiência e da independência funcional.
- b) O ocupante de cargo de livre nomeação e exoneração não é um servidor público.
- c) O servidor público adquire vitaliciedade após 3 anos de efetivo exercício.
- d) O servidor público tem o dever de obediência às ordens legais de seus superiores, em razão da relação de subordinação decorrente do poder hierárquico.
- e) É admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

18. Sobre a lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa errada:

- a) Qualquer cidadão é legitimado para propositura da ação de improbidade administrativa, caso em que o Ministério Público deverá atuar como custos legis, sob pena de nulidade.
- b) Considera-se agente público, para os efeitos da lei de improbidade administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- c) Tanto os servidores públicos podem vir a responder por atos de improbidade administrativa, quanto os terceiros que se beneficiem do ato, sob qualquer forma, direta ou indireta.
- d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa até o limite do valor da herança.
- e) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Direito Penal

19. Sobre a competência criminal da Justiça Federal, assinale a alternativa errada:

- a) Os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, previstos na Lei 7.492/1986, devem ser processados e julgados na Justiça Federal.
- b) O crime de redução à condição análoga a de escravo será de competência da Justiça Federal quando forem atingidos bens, serviços ou interesses da União.
- c) Os crimes praticados contra o patrimônio de sociedades de economia mista que tenham a União como sócia são processados perante a Justiça Estadual.
- d) A competência penal da Justiça Federal comum, que possui extração constitucional, reveste-se de caráter absoluto.
- e) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, quando praticados por meio da rede mundial de computadores

20. Assinale a afirmativa incorreta.

- a) A punição por crime culposo só existe em caso de expressa previsão legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- c) O estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito são excludentes da culpabilidade do agente que pratica o delito.
- d) Pelo princípio da individualização da pena, a sanção a ser aplicada deve considerar todas as circunstâncias da conduta do agente.
- e) A aplicação do princípio da insignificância exclui a tipicidade.

21. São causas extintivas de punibilidade, previstas no Código Penal:

- a) A renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada, e o casamento da vítima com o agente, no caso dos crimes contra os costumes.
- b) Anistia, graça e o indulto, o perdão judicial, nos casos previstos em lei e a morte da vítima.
- c) Retroatividade de lei que não considera o fato como criminoso e o casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- d) Morte do agente, anistia, graça ou indulto, retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso, prescrição, decadência ou perempção.
- e) Prescrição, decadência e o casamento da vítima com terceiro, no caso de crimes contra o costume.

Direito Processual Penal

22. A respeito da competência no processo penal, é INCORRETO afirmar que:

- a) Ela é fixada, em regra, pelo lugar em que se consumar a infração.
- b) No caso de tentativa, ela é fixada pelo lugar em que praticado o último ato de execução do crime.
- c) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- d) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

e) Havendo mais de um réu, a competência será firmada no local de residência daquele que praticou o crime mais grave.

23. Acerca da audiência de custódia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode ser realizada em até 07 (sete) dias após a lavratura do auto de prisão em flagrante;
- b) Pode ser realizada sem a presença do advogado ou membro da Defensoria Pública, caso o preso confessasse a prática do crime.
- c) Durante a sua realização, o juiz pode converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, mesmo sem pedido do Ministério Público.
- d) Se não for realizada nos prazos legais, sem motivação idônea, torna-se ilegal a prisão, a ser relaxada pela autoridade competente.
- e) Se o juiz entender que a prisão é ilegal, deve relaxá-la, não podendo decretar, em seguida, a prisão preventiva.

24. Qual dos itens a seguir NÃO constitui requisito para a celebração do acordo de não persecução penal, nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal:

- a) Indiciamento pela Autoridade Policial;
- b) Não ser caso de arquivamento do Inquérito Policial;
- c) Confissão formal e circunstancial, pelo investigado, da infração penal;
- d) Prática de infração penal sem violência ou grave ameaça;
- e) Pena mínima inferior a 04 (quatro) anos.

Direito Civil

25. Acerca dos vícios do negócio jurídico previstos no Código Civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) para que o erro enseje a anulação do negócio jurídico exige-se que ele seja substancial, pouco importando se ele é escusável (justificável) ou não.
- b) o dolo de terceiro também permite a anulação do negócio jurídico, desde que a parte a quem aproveite tivesse ou devesse ter conhecimento.
- c) a coação física que retire toda a capacidade de querer de uma pessoa acarreta a nulidade absoluta do negócio jurídico;
- d) o estado de perigo ocorre quando há pressão física ou moral exercida sobre o negociante, visando obrigá-lo a assumir obrigação que não lhe interessa.
- e) o prazo decadencial para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de quatro anos.

26. No que toca à responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A responsabilidade civil contratual também pode decorrer da violação de um dever anexo relacionado à boa-fé objetiva.
- b) A responsabilidade civil extracontratual ou aquiliana decorre da violação de um dever fundado em norma do ordenamento jurídico ou da prática de ato considerado como abuso de direito.
- c) Mesmo a prática de ato com culpa levíssima enseja o dever de reparar o dano, mas o Código Civil permite a redução do valor a ser pago, de acordo com o grau de culpabilidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- d) O caso fortuito e a força maior não são hipóteses de exclusão do nexo de causalidade.
- e) Além do dano material e moral, a jurisprudência já reconheceu a existência de danos estéticos, sociais e daqueles decorrentes da perda de uma chance.

27. Quanto ao direito contratual, é INCORRETO afirmar:

- a) Na compra e venda com reserva de domínio, a transferência de propriedade ao comprador dá-se no momento em que o preço esteja integralmente pago, mas pelos riscos da coisa responde o comprador, a partir de quando lhe foi entregue.
- b) É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- c) No caso de mútuo oneroso ou feneratício, presumem-se devidos juros.
- d) O transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo motivo de força maior, sendo nula qualquer cláusula excludente da responsabilidade
- e) No seguro de vida, havendo suicídio, o beneficiário não tem direito ao capital estipulado em nenhuma hipótese.

Direito Processual Civil

28. Com relação ao princípio da não-surpresa, no processo civil, é possível afirmar que:

- a) não possui previsão legal e não possui aplicabilidade
- b) não possui previsão legal, mas assegura que em nenhuma hipótese será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) possui previsão legal e assegura que em nenhuma hipótese será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- d) possui previsão legal e assegura que, salvo em matéria de ordem pública, não será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- e) possui previsão legal e assegura que não será proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo em hipóteses excepcionais, como as fundadas em tutela de evidência provadas apenas documentalmente e fundada em súmula vinculante ou em julgamento de casos repetitivos

29. Sobre a ação civil pública NÃO é correto afirmar:

- a) Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar as associações que, concomitantemente estejam constituídas há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil e que incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, podendo o requisito da pré-constituição poder ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- b) É possível a inversão do ônus da prova da ação civil pública em matéria ambiental a partir da interpretação de disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei 7347/85.
- c) O Ministério Públco tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de assegurar os interesses individuais indisponíveis, difusos ou coletivos em relação à infância, à



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

adolescência e aos idosos, exceto quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

d) O Ministério P\xfablico tem legitimidade para ajuizar ação civil p\xfablica com o objetivo de assegurar assist\xeancia m\xeddica e odontol\xf3gica \xe0 comunidade ind\xedgena, em razão da natureza indispon\xedvel dos bens jur\xedicos salvaguardados e o status de hipervulnerabilidade dos sujeitos tutelados.

e) O Ministério P\xfablico tem legitimidade para propor ação civil p\xfablica objetivando o fornecimento de medicamentos e tratamentos m\xeddicos, a fim de tutelar o direito \xe0 s\xeade e \xe0 vida.

30. Sobre provas no processo civil, \xe9 correto afirmar que:

- a) o aux\xfilio direto \xe9 cab\xedvel quando a medida n\xf3o decorrer diretamente de decis\xe3o de autoridade jur\xeddional estrangeira, se prestando \xe0 colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de compet\xeancia exclusiva de autoridade judiciária brasileira
- b) \xe9 decorr\xeancia dos princ\xe9pios da ampla defesa e do contradit\xf3rio toda e qualquer produ\xe7o de prova pretendida, n\xf3o se condicionando \xe0 poss\xedveis aferições de utilidade ou de necessidade destas
- c) o Ministério P\xfablico, enquanto parte, pode pedir todas as provas que entender pertinentes, ficando vedada, contudo, tal prerrogativa, nos casos de intervenção como fiscal da ordem jur\xeddica.
- d) Uma vez decretada a revelia do r\xea, n\xf3o ser\xe1 poss\xedvel a ele o requerimento de produ\xe7o de provas, contrapostas \xe0s alega\xe7o\xe3es do autor, mesmo que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produ\xe7o
- e) o Código de Processo Civil especifica diversos meios de prova, como a testemunhal e a pericial, entre outros, vedando, assim, meios de prova n\xf3o especificados naquele diploma legal, o que consagra a opção pela restrição do uso de provas atípicas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

GABARITO – PROVA MODELO DIREITO

1-C
2-B
3-E
4-D
5-D
6-E
7-E
8-A
9-B
10-C
11-D
12-A
13-C
14-D
15-E
16-C
17-D
18-A
19-B
20-C
21-D
22-E
23-D
24-A
25-D
26-D
27-E
28-E
29-C
30-A